Uma análise da aplicabilidade da Educação Ambiental na atividade de ecoturismo

Edson Elias[1]

[1]Universidade Santa Cecília (Unisanta), Santos-SP, Brasil.
Email: edson_eu_elias@hotmail.com

Resumo: A atividade de ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva a conservação e busca a formação de uma nova consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, porém para que isto realmente aconteça se faz necessário que a educação ambiental seja aplicada de forma efetiva. Este artigo foi desenvolvido através de pesquisa exploratória e revisões bibliográficas de trabalhos científicos que tratam do tema em questão com o objetivo de comparar as atividades de ecoturismo com a aplicabilidade da educação ambiental aos participantes deste segmento, segundo as legislações pertinentes e recomendações governamentais. Conclui-se entre os trabalhos selecionados que as informações e orientações sobre educação ambiental aplicada aos ecoturistas não atendem plenamente os conceitos legais, limitando-se a caracterização geofísica e instruções de segurança das atividades, sendo necessário aproveitar melhor este momento para abordar este tema de uma forma mais incisiva e pontual, pois este pode ser um público com grande potencial de multiplicador e educador ambiental.

Palavras-chave: Educação ambiental, ecoturismo, patrimônio natural, ambientalista.

An analysis of the applicability of Environmental Education in ecotourism activity

Abstract: The activity of ecotourism is a segment of tourism activity that uses the natural and cultural heritage in a sustainable way, encourages conservation and seeks to create a new environmental awareness through the interpretation of the environment, but for this it is really happen if it becomes necessary that the environmental education is applied effectively. This article was developed through the exploratory research and bibliographic reviews of scientific works that deal with the theme in question with the objective of comparing ecotourism activities with an applicability of environmental education to participate in segment, according to pertinent legislation and government recommendations. It is concluded among the selected papers that as information and guidelines on environmental education applied to ecotourists do not fully comply with legal concepts, limiting the geophysical characterization and safety instructions of the activities, and it is necessary to make the best use of this moment to approach this theme of a more incisive and punctual form, since it can be a public with great potential of multiplier and environmental educator.

Keywords: Environmental education, ecotourism, natural heritage, environmentalist.

Introdução

O ecoturismo no Brasil teve a sua origem definida na década de 1980, quando em 1985 a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) iniciou o Projeto "turismo ecológico" buscando reduzir os impactos do turismo de massa praticado até então e apontado como um grande causador de agressão a paisagem natural e cultural. Para fomentar esta prática, ainda nesta mesma década foram criados os primeiros cursos de guia turístico especializados [1].

Este segmento ganhou maior visibilidade após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – ECO 92, realizada em 1992 no Rio de Janeiro/RJ, quando foi criada a Agenda 21, a qual norteou as definições contidas nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, documento elaborado em 1994 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério do Meio Ambiente, juntamente com a EMBRATUR e o IBAMA, tendo em vista as possibilidades de desenvolvimento desta atividade em áreas naturais com altos índices de biodiversidade e pressões causadas por ações antrópicas promovendo a degradação ambiental [2].

O Ministério do Meio Ambiente definiu o ecoturismo como:

> "um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva a conservação e busca a formação de uma nova consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas."

O desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas tem provocado grande discussão em relação ao seu planejamento, sustentabilidade e viabilidade em aliar conservação ambiental e retorno econômico [4].

Em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, o fomento e incentivo às atividades econômicas potencialmente capazes de conviver com a proteção ambiental é imprescindível.

Apesar da definição conceitual de ecoturismo nos remeter a uma prática sustentável, observa-se que nem sempre as ações refletem este comportamento por parte dos praticantes tendo em vista que durante algumas atividades como, por exemplo, trilhas, pontos de paradas como cachoeiras, corpos hídricos e mirantes, encontram-se vários tipos de resíduos sólidos sintéticos tais como: sacolas, garrafas e embalagens plásticas, além de outros como embalagens metálicas de refrigerantes, sucos e cervejas.

Nota-se então a importância que as visitas a locais conservados têm para a Educação Ambiental, assim como o valor desta para o ecoturismo [5].

A Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, define em seu Art. 1º educação ambiental como:

> Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

De acordo com o Art. 2º da lei supracitada a educação ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, sendo esta última conceituada em seu Art. 13 como ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

O Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA, afirma que deve-se proporcionar

> O estímulo e apoio à inserção da Educação Ambiental nas práticas de ecoturismo, visando garantir a sustentabilidade social, ecológica e econômica das comunidades receptoras e proporcionando uma interação adequada dos turistas com os ecossistemas locais [3].

Segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente/Conama nº14, de 26 de abril de 2012, é recomendada a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação − ENCEA.

Objetivo

Neste sentido este estudo tem como objetivo uma análise comparativa entre a atividade de ecoturismo e a aplicabilidade da educação ambiental aos participantes deste segmento, com o propósito é obter informações que poderão contribuir de uma forma mais contundente para uma melhor compreensão do papel da educação ambiental no segmento ecoturístico.

Material e métodos

Essa pesquisa se classifica como exploratória, pois esse tipo de pesquisa é a mais indicada para a realização de um estudo que antecipa o principal objetivo da pesquisa que será realizada, ou seja, familiarizar se com o fenômeno que está sendo pesquisado, dessa forma a pesquisa seguinte será idealizada com uma maior compreensão e exatidão

O estudo foi desenvolvido através de análise documental do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental

no Âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (ENCEA) e análise comparativa de trabalhos científicos fontes de pesquisas significativas na área.

Resultados e discussão

Após realizadas as revisões bibliográficas constatou-se que em 100% dos estudos de casos relacionados ao tema, a educação ambiental é aplicada porém não com a ênfase que preconiza a legislação pertinente e também não seguem na íntegra as recomendações e propostas governamentais, pois observou-se que as orientações e recomendações iniciais transmitidas ao público praticante do ecoturismo limitam-se a caracterização geofísica da região e aos aspectos relacionados à segurança nas atividades a serem desenvolvidas como *rafting* e trilha, não sendo evidenciado por exemplo, a importância da não geração de resíduos e principalmente o seu descarte indevido, bem como os impactos que esta ação pode causar na conservação da biodiversidade e das populações existentes no entorno da área visitada. Cabe ressaltar que esses resultados obtidos são preliminares á respeito da pesquisa, já que esta ainda está em execução e será concluída posteriormente sendo ainda objeto de estudo para a elaboração de trabalho de dissertação.

Conclusões

Corroborando com o objetivo deste estudo, e considerando a metodologia aplicada, entende-se que a educação ambiental, sua comunicação e sua prática nas atividades de ecoturismo ainda estão distantes da sua real capacidade de conscientização, sensibilização e transformação comportamental, sendo necessário aproveitar melhor este momento para abordar este tema de uma forma mais incisiva e pontual, pois este público que busca praticar esta modalidade de turismo pode ser um potencial multiplicador e educador ambiental.

Referências

1. BrasiL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, departamento de estruturação, articulação e ordenamento turístico, coordenação geral de segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p
2. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA. 3. ed. Brasília, 2005. 102 p.
3. _____. Ministério do Meio Ambiente. Ministério de educação ambiental. Por um Brasil sustentável - ProNEA, Marcos Legais & Normativos. 4. ed. Brasília, 2014. 114 p.
4. Castro, V.M.; Espinola, R.S. Ecoturismo e gestão participativa em áreas protegidas: o caso da Floresta Nacional do Tapajós (PA). Anais do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 561.
5. Bacchi, R.; Queiroz, O.T.M.; Neiman, Z. A Educação Ambiental no Ecoturismo e no Turismo de Aventura: estudo de caso do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia (SP). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul 2017, pp.498-524.
6. Ventura, Vânia Nelize. Turismo Sustentável em Áreas de Proteção Ambiental: A APA do Capivari-Monos, São Paulo: EAESPIFGV, 2002, 170 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração Pública da EAESPIFGV, Área de Concentração: Governo e Sociedade Civil em Contexto Local).
7. Santos, Ana Paula Menezes; Ramires M.; Barrella W. Ecoturismo na RDS Barra do Una (SP): Identificação importância das principais atrações através de mapa turístico. Anais do 5º Encontro Nacional de Pós-Graduação – ENPG - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas Costeiros e Marinhos –ECOMAR - Universidade Santa Cecília - Santos/SP, 2016.